

A campanha contra mudança nas Lei de Planos de Saúde continua. O alvo agora é a possibilidade de a Agência Nacional de Saúde permitir sem discussões que planos de saúde passem a cobrar franquia ou coparticipação dos novos usuários do sistema e limitem a oferta de outros tipos de planos com garantia de atendimento integral.

Dessa vez, a Fundação Procon, IDEC e Proteste uniram-se à Associação Paulista de Medicina para um alerta sobre os impactos que essas medidas poderão causar não apenas ao usuário, mas ao próprio sistema único de saúde.

Karla França e Maria Feitosa Lacerda falaram pelo Procon e destacaram o risco do endividamento ou abandono do tratamento. Maria classificou a proposta como perversa porque ninguém sabe os valores dos procedimentos. A transparência e a informação são princípios básicos do direito do consumidor. Sem isso ele não tem sequer como escolher o que é melhor para ele. Mais, sem condições de arcar com tratamento o cidadão vai (mesmo com diagnóstico fechado) ter que entrar na fila do atendimento primário do serviço público.

Segundo médicos, a proposta tende a promover um retrocesso na chamada saúde preventiva. Para Antonio Moreno, do Hospital do Servidor Público Municipal, saúde pública se faz com planejamento e, sem isso, atender 10 – 20 mil pacientes egressos da saúde suplementar pode levar o sistema ao colapso. O grupo reivindica que a ANS desista dessa proposta.

**Fonte:** [Procon-SP](#), em 26.04.2018.